

PATRIMÔNIO CULTURAL E ACESSIBILIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A PROPOSIÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO PELO PATRIMÔNIO

LEANDRO FREITAS PEREIRA¹; CARLA RODRIGUES GASTAUD²

¹Universidade Federal de Pelotas – lheandrolfp@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – crgastaud@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a proposição do conceito de “educação pelo patrimônio”, um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, que investiga a experiência de aproximação de pessoas com deficiência visual ao Patrimônio Cultural de Pelotas/RS, através do planejamento de atividades com recursos de acessibilidade, oferecidas pelo “Encontro Olho de Sogra”, idealizado pelo autor deste trabalho, que é uma pessoa com deficiência visual.

O Artigo 216 da Constituição Federal brasileira de 1988 conceitua patrimônio cultural como sendo os bens de natureza material e imaterial tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Abrange as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Na cidade, a atuação do “Encontro Olho de Sogra” destacou-se pelas atividades com características culturais, turísticas e de lazer, que foram planejadas com o objetivo de apresentar o patrimônio cultural local, por uma equipe multidisciplinar, responsável por organizar as atividades, e qualificada para atender as demandas referente à acessibilidade para pessoas com deficiência visual. O evento tem periodicidade anual, teve a primeira edição em 2017 e a última em 2019. Encontra-se suspenso desde 2020 em razão da pandemia de COVID-19. Durante todas as atividades oferece audiodescrição que segundo MOTTA e FILHO (2010):

É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (p. 6).

Embora no Brasil haja mais de 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população (IBGE, 2010), a inclusão das pessoas com deficiência, para se tornar realidade, ainda exige muito esforço para ser consolidada.

A ABNT define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços

e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015).

A partir das experiências de interação entre a equipe do “Encontro Olho de Sogra”, as pessoas com deficiência visual participantes, e o patrimônio cultural da cidade com seus respectivos profissionais das instituições culturais, surge uma concepção dialógica, transversal e coletiva de ação educativa com foco na cultura, acessibilidade, educação e inclusão que deseja aproximar cada vez mais o campo do patrimônio cultural da comunidade a partir de ações práticas.

A intenção deste trabalho é refletir acerca da expressão “educação pelo patrimônio”, uma proposta que pode vir a se tornar um conceito que conjuga e justifica a ação intencional de abordar educação, cultura, acessibilidade e inclusão, em atividades práticas com o patrimônio cultural que considera a participação de pessoas com deficiência desde o planejamento.

Algumas expressões, já bem conhecidas, que se relacionam com a ação educativa, têm foco no contexto escolar, e foram readequadas com o passar do tempo mediante debates e adversidades que cercaram o uso da expressão “educação patrimonial” (HORTA et al., 1999), e que a problematizaram, por exemplo, a partir da proposta de uma “educação para o patrimônio” (GRINSPUM, 2000) ou de uma “educação com o patrimônio” (CABRAL, 2004). Embora tenha havido esforço para desvincular as ações educativas de uma dedicação quase exclusiva, no caso da “educação patrimonial”, ao acervo patrimonializado, constituído formalmente tais como: objetos em museus, edificações tombadas em zona urbana ou rural, à documentação de guarda permanente de instituições arquivísticas, aos sítios arqueológicos cadastrados, ainda são meios fortemente vinculados à atribuição de valor patrimonial, apesar do reconhecimento de outros elementos que expressam o patrimônio Cultural, como citado no Artigo 216 de 1988.

Extrapolar os limites de ações educativas para além da leitura e interpretação da dimensão material dos bens patrimonializados ou das narrativas enaltecidas das elites que os produziram, faz parte dos objetivos para que a “Educação pelo Patrimônio” contribua para a construção do conhecimento sobre o patrimônio cultural de modo a buscar perspectivas inclusivas, dialógicas, que façam sentido.

2. METODOLOGIA

O presente estudo contou com pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão – patrimônio cultural, acessibilidade, educação patrimonial e inclusão – e com o estudo de caso do Encontro Olho de Sogra, fruto da pesquisa do autor no trabalho de conclusão de curso da graduação em Museologia. As três edições do evento tiveram atuação de equipe multidisciplinar, em que os turismólogos e acadêmicos de Turismo apresentaram as informações históricas dos locais e os museólogos e acadêmicos de Museologia realizaram a locução da audiodescrição dos locais, oferecendo desse modo acessibilidade comunicacional, tornando possível às pessoas com cegueira ou baixa visão terem acesso ao que não enxergavam.

Os museus, igrejas, e outras instituições sediadas em edifícios patrimonializados disponibilizaram objetos para serem tocados, proporcionando assim possibilidades de imaginar com maior informação os objetos citados durante as atividades. Essa iniciativa caracterizou acessibilidade atitudinal, tendo em vista

que esses lugares não dispunham de recursos específicos para oferecer acessibilidade.

A experiência de tocar é muito importante para as pessoas com deficiência visual, uma vez que o tato é um dos sentidos bastante utilizado no cotidiano daqueles que não enxergam por ser a forma concreta de materializar o invisível. Todas essas possibilidades de construção de conhecimento por outros meios sensoriais e de comunicação, seja pela audiodescrição, seja pelo tato, seja pela associação dos dois, faz sentido e tem significado atribuído de modo eficiente em loco.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aborda-se aqui os pontos positivos para o reconhecimento da expressão “educação pelo patrimônio” para refletir a vinculação de iniciativas que valorizam a participação de pessoas com deficiência, neste trabalho especificamente as pessoas com deficiência visual, em atividades com o patrimônio cultural, ao perceber que acessibilidade, inclusão, e educação podem fortalecer o patrimônio cultural como instrumento político e direito social.

A proposta de “educação pelo patrimônio” tem no horizonte da discussão a inserção das ações educativas com foco cultural no espaço social urbano ou rural e sua interferência na realidade social – nas práticas e relações sociais, nas relações simbólicas e afetivas e nas subjetividades.

A ampliação do uso do patrimônio cultural como um direito social, com função de canal de acesso à cultura através da experiência prática que incentiva, valoriza e promove a cultura por meio da participação da comunidade através de processos inclusivos, acessíveis, educacionais que levam ao entendimento do patrimônio cultural como elemento vivo, dinâmico e constituidor das relações sociais e da vida cotidiana, que compreende para além das edificações e sítios urbanos como suportes materiais de diversas memórias e narrativas, com potencial para a descoberta, apropriação, interpretação e reutilização dessas vivências, suas memórias e relações não formais, individuais e casuais, além de poder alcançar novas perspectivas de democratização, valorização, desenvolvimento de canais e mecanismos sociais de participação

4. CONCLUSÕES

Nessa nova concepção, a “educação pelo patrimônio” propõe a experiência prática com o patrimônio cultural e a permanência dos processos de formação dos sujeitos mediante planejamento de recursos de acessibilidade, que promovam a inclusão, a construção de conhecimento em sociedade que reconhece e respeita a diversidade. Valoriza a iniciativa de atividades que extrapolam os lugares tradicionais de educação: escolas, universidades; passando a compor todos os espaços e momentos de interação, socialização e vida. O patrimônio cultural, por ser parte da vida, quando apropriado socialmente, resulta possibilidade e potencialidade educativa.

A “educação pelo patrimônio” deve ser levada em consideração como um conceito base para a valorização da diversidade humana que utiliza o potencial cultural do patrimônio para o fortalecimento de identidades e de alteridades na contemporaneidade, que afirma as diferentes maneiras de ser e de estar no mundo, evidenciando a visibilidade das culturas.

Para colocar em prática o conceito de “educação pelo patrimônio” são necessárias ações cooperativas, que envolvam agentes sociais, sociedade civil, movimentos sociais e comunidades – em projetos e ações conjuntas

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050:2015: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2015. Acessado em 14 set. 2017. Online. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf

CABRAL, Magaly. Memória, patrimônio e educação. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 35-42, 2004.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio: Museu e escola, Responsabilidade compartilhada na formação de públicos.** 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra.** 2010. Acessado em 19 set. 2017. Online. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>

MOTTA VILELLA DE MELLO, Livia Maria; FILHO; Paulo Romeu. **Audiodescrição: transformando imagens em palavras.** São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010

PORTAL DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Art. 216.** 1988. Online. Acesso em 09 ago. 2021. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp